



## **SOBRE NÃO-BINARIEDADES, AUTODETERMINAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E CONTRA-HEGEMONIAS**

*Amanda*

A proposta aqui é tentar promover um diálogo acerca da compreensão das múltiplas vivências e identidades não-binárias e da diversidade que abarca as transmasculinidades, analisando algumas produções sobre as temáticas a partir de perspectivas não hegemônicas e reconhecendo esses saberes quando por muitas vezes foram e são relegados a algo menor, em virtude do padrão colonialista e de colonialidade do saber e do ser<sup>21</sup>, explicitando também o meu lugar de fala no decurso dos atravessamentos em que foram/são produzidas/reproduzidas as opressões.

Ao longo do texto tento trazer questões sobre as não-binariedades, a produção de conhecimento e saberes a partir de perspectivas não hegemônicas, e considerando a autodeterminação dessa população para além da binariedade e seus entrecruzamentos. Escrevo partindo de um lugar.

Acredito que assim todes o fazem. Ou melhor, sempre acreditei estar escrevendo a partir de um tal lugar. É isso o chamado lugar de fala. O tão questionado lugar de fala, proposto pela filósofa e pensadora, Djamila Ribeiro, em seu Livro “O que é Lugar de Fala?” (2017) que traz aspirações de autoras negras e do feminismo negro, entre outras as quais posso citar aqui, a Patricia Hill Collins, na qual propõe o *feminist stand point*, que numa tradução livre pode se conceber como um “ponto de vista feminista” em uma perspectiva racial. E nesse sentido a autora, Djamila, em consonância com esse panorama do ‘ponto de vista feminista negro’, argumenta sobre o “lugar de fala”. A própria autora apresenta no texto, o termo/conceito ‘lugar de fala’ onde, representa de forma objetiva, e subjetiva, a negritude como entidade pertencente à humanidade, que carrega consigo seu legado e que dever-se-á considerar em sua completude, ou seja, a reivindicação de diferentes perspectivas e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é demarcar o lugar de fala de quem as propõe. Perceber essa marcação

---

<sup>21</sup> Segundo (Mignolo; Casas, 2005) a colonização não é somente uma questão militar, econômica, política e religiosa, mas também é o controle das subjetividades diante do controle do conhecimento. Logo, a colonização do ser e do saber são paralelas e complementares.



se torna necessária para compreender realidades consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017).

Neste sentido, ao persistirem em determinar meu lugar, o meu e o de tantos outros, tantas outras e tantos outros; o que isso pode significar? Enquanto permaneço me afirmando pessoa não binária, todavia continua a ser uma existência invisibilizada e conseqüentemente a produção de conhecimento a partir de uma localização de ser e estar num mundo que demanda uma construção “parcial e situada” (HARAWAY, 1995). Porém hegemonicamente se constitui através de uma dinâmica binária das relações sociais. Corroborando com uma crítica contemporânea feita por mulheres negras, latinoamericanas, sulamericanas, terceiro-mundistas, em geral, a um feminismo universalista no qual reivindica-se que a centralidade da intersecção de raça, classe, sexualidade e gênero, está para além das categorias da modernidade, Maria Lugones compreende que as mesmas, são categorias que só existem a partir da colonização. Segundo (LUGONES, 2014, p. 935) essa “lógica moderna binária\dicotômica categorial colonial produz teorizações lógicas opressivas que mantém o pensamento capitalista colonial sobre raça, gênero e sexualidade”.

Compreendendo como o lugar social que certos grupos ocupam, podem cercar oportunidades e sendo este um debate de âmbito estrutural, “ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a conseqüente quebra de uma visão universal”. (RIBEIRO, 2017, p. 35). Portanto, essa vertente teórica nos auxilia a conceber como as diversas possibilidades de vivenciar corpos/corpas/corpes e gêneros serão possíveis, e quais acessos a esses/essas/éssis corpos/corpas/corpes lhes serão concedidos a partir do lugar social que ocupem.

Após essa breve reflexão, quero me pôr a pensar sobre o meu lugar. Qual o meu lugar de fala, quando digo e afirmo, sou uma pessoa não binária. Por que as pessoas insistem em saber mais de mim, do que eu? me colocando dentro de um padrão concebido entre opostos<sup>22</sup>? Tudo bem que não posso dizer cisheteronormativo<sup>23</sup>. Mas não sou um transmasculine.

---

<sup>22</sup> explicando a binariedade pelo padrão de opostos cis/trans; homen/mulher; feminino/masculino

<sup>23</sup> Ver (SIMAKAWA, 2015)



O Transfeminismo nos explica como as Transmasculinidades, não-binariedade e os ‘corpos e identidades de gênero inconformes’, como denomina Viviane V<sup>24</sup>, são possibilidades reais e materializadas na existência humana, essa perspectiva que conforme Jaqueline de Jesus, rediscute a subordinação morfológica do gênero ao “sexo”, condicionando prática social enquanto justificativa para opressão sobre pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária (homem/pênis e mulher/vagina). Nesse sentido os fundamentos políticos e teóricos do transfeminismo estão vinculados aos conceitos atrelados ao feminismo negro, a interseccionalidade e a não hierarquia das opressões e quanto ao próprio processo de consciência política e de resistência das pessoas trans (travestis, transexuais, pessoas não-binárias, entre outros humanos inominados, que não se reconhecem no gênero que lhes foi atribuído socialmente antes e depois do nascimento.) (JESUS, Jaqueline, 2014, p.06) Em vista disso o transfeminismo é a premissa do direito à autodeterminação, à autodefinição, de uma auto-identidade, por uma livre expressão de gênero. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andróginas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos (SIMAKAWA, 2015).

Portanto, compreendendo identidade de gênero enquanto forma de se reconhecer, percebe-se a partir dele suas potencialidades múltiplas de identificação, podendo ser feminina, masculina, e demais espectros possíveis entre essa dualidade (incluindo a dupla identidade ou a inexistência delas). Eduardo Maranhão afirma que a não-binariedade pode se referir a um amplo espectro de identidades não-conformes com o gênero imposto ao nascimento, sem necessidade de identificação com um “oposto”. Com características que podem variar a negação a pertença de um gênero em específico, especificamente denominado como ageneridade, assim como se identificar com um, ou mais gêneros, ou pangeneridade, o que o autor chama de “bricolagens” de gêneros binários e/ou não-binários (MARANHÃO F<sup>o</sup>, 2012). O que nos faz refletir sobre a categoria não-binária ser justamente uma categoria guarda-chuva, por conseguinte mais inclusiva e que melhor se adequaria às demandas das pessoas não binárias do que o termo transmasculine.

---

<sup>24</sup> Ver (SIMAKAWA, 2015)



Muitas pessoas não-binárias não sentem necessidade ou intenção de modificar suas aparências para adaptarem-se às expressões de gênero: caso, feminino para masculino e vice e versa como afirmam (MARANHÃO F<sup>o</sup>; NERY, 2017). Algumes<sup>25</sup> não-binárias se percebem agêneres (sem gênero) ou bigêneres (com dois gêneros, não necessariamente binários) ou nenhum dos dois, existem possibilidades múltiplas de ser e existir (MARANHÃO F<sup>o</sup>, 2014) reconhece que tem pessoas que se entendem num momento menino e agênera, num outro momento bigênera, num outro determinado período se compreendem apenas garoto, entre variadas possibilidades de existência. Além das identidades nb<sup>26</sup>, pode ser possível pensarmos em expressões de gênero nb, que é a maneira como a pessoa se apresenta socialmente, de acordo com uma série de normas e convenções sociais, através das roupas, gestos, modo de falar, etc. Pode ser percebida e ou “classificada” genericamente em feminina, andrógina ou masculina. As expressões de gênero nem sempre são congruentes ou concordantes com a identidade de gênero. Uma pessoa com identidade masculina pode apresentar uma expressão masculina, andrógina/não-binária ou feminina. Pessoas nb em geral, segundo (MARANHÃO F<sup>o</sup>, 2017) estão num lugar identitário que não as situa como totalmente mulher ou homem.

Nesse sentido vê-se a importância da construção e utilização de saberes outros que precedem os saberes tradicionais modernos. As encruzilhadas metodológicas incluem as “co-teorização a partir da coalizão de “mujeres de color” e das co-teorizações sobre colonialidade e decolonialidade de gênero”<sup>27</sup> (LUGONES, 2015, p.78-80). Nesse sentido a diferença colonial se assenta na distinção moderno/não-moderno propondo alternativas à modernidade onde não haja predominância de um conhecimento acadêmico sobre um conhecimento de “dentro” num sentido que ocorra uma fecundação mútua Lugones (2015), tensionando a produção de conhecimento entre academia e comunidade.

Por conseguinte, segundo Maria Lugones, a virada para uma metodologia decolonial está no compromisso com o conhecimento que irrompe das insurreições do conhecimento subalternizado, como um conhecimento alternativo à modernidade, vindos das comunidades categorizadas pré-modernas. Logo, pensando a não-binariedade como um luta contra-colonial, uma luta destes indivíduos não-binaries mas

---

<sup>25</sup> utilizamos o “e” no final para flexionar o gênero e neutralizá-lo, neste caso.

<sup>26</sup> abreviação de “não-binárias” - pessoas não-binárias.

<sup>27</sup> tradução nossa



não só, mas também uma luta contra a colonização dos corpos e corporalidades e dos gêneros, contra a modernidade e a produção moderna do conhecimento, considerando Lugones (2015) que parte da premissa de que todas as formas de colonialidades estão interconectadas e somente será viável uma descolonização com a descolonialidade de gênero.

### **Referências Bibliográficas**

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

JESUS, Jaqueline. Gomes de. **Transfeminismo: Teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n.3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>>. Acesso em: 15 set. 2021.

LUGONES, María. Hacia metodologías de la decolonialidad. **Prácticas otras de conocimiento (s): Entre crisis y guerras**, v. 3, 2015.

MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Apresentando conceitos nômades: entregêneros, entremobilidades, entresexos, entreorientações. **História Agora**, São Paulo, v.1, n. 14, p. 17-54, 2012.

MIGNOLO, Walter D.; CASAS, Arturo. Silêncios da autoridade: a colonialidade do ser e do saber. **Grial**, v. 43, n. 165, p. 26-31, 2005.

NERY, J. W.; MARANHÃO Fº, E. M. de A. Deslocamentos subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 280–299, 2017. Disponível em: <[periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22279](http://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22279)>. Acesso em: 10 set. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Minas Gerais: Letramento, 2017. 112 p.

SIMAKAWA, Viviane V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como**



**normatividade.** 2015. 244p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015